

LEITURAS RURBANAS DE PRADOS - MG

RURBAN READINGS FROM PRADOS - MG

282

Adriana Nascimento

adrianan@ufsj.edu.br

Universidade Federal de São João Del-Rei

São João Del-Rei – Minas Gerais – Brasil

Ana Carolina Velho

velho.anacarolina@gmail.com

Universidade Federal de São João Del-Rei

São João Del-Rei – Minas Gerais - Brasil

Submetido em 10 de janeiro de 2021

Aceito em 01 de setembro de 2021

Resumo

O presente trabalho busca sintetizar informações históricas, culturais, sócio-econômicas, paisagístico-ambientais e formais urbanas da cidade de Prados em Minas Gerais. Por se tratar de um município de pequeno porte estaria, num primeiro momento, fora das orientações de obrigações relacionadas à elaboração de Lei do Plano Diretor. O processo metodológico experimental adotado pela pesquisa tem como suportes a abordagem teórica urbana geográfico-sociológica com apoio na historiografia, na morfologia urbana, em dados sócio-ambientais, legislativos com base em dados produzidos por instituições de pesquisa reconhecidas nacionalmente como a Fundação João Pinheiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O panorama traçado pela análise e estudos realizados demonstra a relevância e pertinência histórica, ambiental e cultural que orientam a necessidade de um plano de ordenamento espaço-social do território, participativo e inclusivo.

Palavras-chave: Leitura Urbana; Prados; Rurbanidade. Planejamento e Gestão. Território.

Abstract

The present work seeks to synthesize historical, cultural, socio-economic, landscape-environmental and formal urban information from the city of Prados in Minas Gerais. As it is a small municipality, it would be, at first, out of the obligation guidelines related to the drafting of the Master Plan Law. The experimental methodological process adopted by the research is supported by the geographic-sociological urban theoretical approach supported by historiography, urban morphology, socio-environmental, legislative data based on data produced by nationally recognized research institutions such as the João Pinheiro Foundation and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The panorama outlined by the analysis and studies carried out demonstrates the historical, environmental and cultural relevance and relevance that guide the need for a spatial, participatory and inclusive spatial planning plan.

Keywords: urban reading; Prados; rurbanity; planning and management; territory

Introdução

O urbanismo e o planejamento urbano e regional são áreas de pesquisa criadas com a modernidade e na contemporaneidade, pode-se afirmar que “a cidade hoje é uma ilustre desconhecida ao corpo cidadão, que nem sempre pode ser entendido como cidadão” (NASCIMENTO, 2011, p.7). Se isso é verdade em uma lógica metropolitana, em cidades de pequeno porte, o urbano e o planejamento são negligenciados pelo corpo técnico institucional e, ainda mais, desconhecidos do corpo cidadão.

Se o urbano é uma virtualidade para Lefebvre (2001) e Milton Santos (1996; 2007), um devir, um algo a ser, para Ana Clara Torres Ribeiro (1995; 2013) o processo de urbanização não é, necessariamente, gerador de urbanidades. O debate lefebvriano e as trocas e contribuições epistemológicas na obra de M. Santos e Ana Clara T. Ribeiro é notório dentro do Planejamento Urbano e Regional no Brasil e entende-se a colaboração mútua em suas obras como bases de uma escola geográfico-sociológica (Nascimento et al., 2019) de análise espaço-social.

Tendo em vista aquilo que Roberto Monte-Mór (1994) trata como urbanização extensiva que atinge também o rural, temos múltiplos movimentos no sentido do urbano e do rural. Se por um lado o urbano ainda não está em sua potência máxima, o rural por sua vez vem sofrendo transformações, ambos sendo atingidos em disrupções, no caso brasileiro, em seus sentidos primordiais e colonizatórios, em sistema produtivos e legais, modos de produção, modos de

viver, de morar.

Planejar remete ao futuro, à tentativa de simulação dos processos para se precaver dos possíveis problemas e tem por missão “criar as condições para uma sobrevivência do sistema a longo prazo” (SOUZA, 2008, p. 27). O planejamento seria, então, a preparação para as futuras gestões.

Já a gestão remete ao presente, sendo complementar ao planejamento, uma vez que sua efetivação depende das condições que o passado possibilitou e das escolhas e decisões que fazemos coletiva e representativamente.

No Brasil, as gestões políticas tendem a ser cíclicas, pensadas quase que exclusivamente no legado partidário e pessoal. Quando se trata de uma cidade interiorana de pequeno porte, onde as relações são muito pessoais e familiares se tornam mais nítidos os inícios e fins dos ciclos.

No caso do Município da cidade de Prados, em Minas Gerais, os partidos políticos são definidos quase que no dia do nascimento, como se fizessem parte da genética, adquirido por herança não escolhida. As rixas partidárias são historicamente demarcadas e cada troca de ciclo deslegitima o anterior.

Como questionar livremente algumas posições de certos corpos - hierarquicamente providos de poder simbólico -, cujo papel seria o de permitir avanços e que, no entanto, posicionam-se bloqueando ou criando entraves para o andamento e movimentos desejados e em construção? (NASCIMENTO, 2011, p.5)

O que esperar de um corpo institucional que define sua gestão conforme o legado que quer, associado ao partido ou a si próprio? É possível que ocorra uma gestão digna em um município pensando apenas no benefício aos eleitores votantes ou aos eleitos do atual ciclo? Em qual cidade e município queremos viver? Com direitos e respostas para apenas uma parte de sua população ou para todas e todos?

Para Harvey (2012) a cidade que queremos está relacionada com os laços sociais, com a relação com a natureza e com o estilo de vida. O autor expõe que o Direito à Cidade é um Direito Humano:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos

urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (HARVEY, 2012, p. 74)

Entende-se, portanto, o acesso aos recursos urbanos como um processo, assim como o da urbanização, que gera e é gerada por urbanidades, ruralidades, materialidades e imaterialidades. O processo de municipalização brasileiro e seus marcos legais urbanísticos são conquistas históricas recentes e vem, na atualidade, sofrendo ataques aos processos de autonomia dos municípios naquilo que diz de processos de gestão e de orçamento participativos.

O capítulo Da Política Urbana da Constituição Federal de 1988 (CF de 88), possui mecanismos inovadores de participação direta, reconhece o papel central do município ao definir que a execução de tal política será feita pelo Poder Municipal e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes e propõe o Plano Diretor como instrumento básico da Política Urbana (BRASIL, 2016).

Do mesmo modo, o Plano Diretor se faz obrigatório em cidades: 1. com mais de 20 mil habitantes; 2. de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; e 3. onde o Poder Público Municipal tenha interesse de usar instrumentos previstos na CF de 88; **4. com áreas de especial interesse turístico; 5. inseridas na área de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional** (BRASIL, 2008), como é caso do município em estudo (grifos nossos).

Considerando apenas o primeiro requisito (populações com mais de 20 mil habitantes), o Plano Diretor é obrigatório para 31,47% das cidades brasileiras. Como é gerida e aplicada a Política Urbana nos outros 68,53% dos municípios? Por serem menores, eles não precisam de Planejamento Urbano e Municipal? Eles possuem menos problemas?

Todos os municípios são complexos, possuem questões similares com escalas distintas e são dignos de planejamento. Obviamente há municípios de pequeno porte que não devem seguir os mesmos parâmetros dos de médio e grande. É cada vez mais necessária a criação de novos parâmetros concordantes com os modos de vida e o cotidiano dessas localidades, rurbanas, conforme orienta a leitura de Freyre em 1983.

O estudo de caso de Prados - MG, município localizado no Campo das Vertentes, com 8.391 habitantes (IBGE, 2010), incluindo zona rural. Prados é um município mineiro que está localizado no Caminho Velho da Estrada Real, “também chamado de Caminho do Ouro, foi o primeiro trajeto determinado pela Coroa Portuguesa e liga Ouro Preto a Paraty” (ER, 2015). Segundo Marcella Franco de Andrade (2013), ao longo dos séculos XVIII e XIX, Minas Gerais foi a região mais populosa do país.

Para estudar o município, as fontes deste trabalho foram a Pesquisa do Circuito do Ouro no Campos das Vertentes realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 1980), o Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico Urbano do Distrito Sede de Prados - MG (PRADOS, 2010) e dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, 2019).

O processo metodológico experimental utilizou recursos de revisão bibliográfica, de análises documentais de formação histórica, de dados socioeconômicos e culturais pradense, elaboração e revisão de bases cartográficas, levantamentos de campo com comparecimento a reuniões da Câmara Municipal, registros fotográficos e áudio-visual para apreensão da realidade vivida, sobre como de fato existem e se movimentam as vidas para além da abstração estatística e cartográfica.

Para entendimento da estrutura e expansão urbanas em sua relação com as leis de proteção ambiental existentes foram utilizados recursos da morfologia urbana e das teorias urbanas geográfico-sociológicas como apontadas na introdução deste trabalho de orientação a uma síntese espaço-social.

Leituras Urbanas de Prados

De acordo com Andrade (2013) a descoberta do ouro às margens do Rio das Mortes trouxe muitas pessoas para a região, uma vez que o rio possui localização favorecida por ser na época da descoberta a melhor via, de mais fácil acesso às minas da Serra do Lenheiro, e dizemos da Serra de São José.

Prados, assim como alguns municípios da região, surgiu pela fixação de desbravadores, em uma nem sempre pacífica busca por riquezas minerais.

O povoado de Prados surgiu no início do século XVIII, em decorrência da mineração e a

fixação na localidade datada de 1704, com a vinda dos Irmãos Prado, vindos de Taubaté, estado de São Paulo (PRADOS, 2010). A busca por metais preciosos e a agricultura marcam a economia inicial da localidade, sendo a agricultura uma espécie de identidade pradense, que define a economia do Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Prados.

O núcleo urbano começou pelo erguimento da capela que foi demolida para dar lugar a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, hoje tombada pelo IPHAN. Localizada no sudeste mineiro, Prados pertence à mesorregião do Campo das Vertentes e à microrregião de São João del Rei, fazendo divisa com os municípios Lagoa Dourada, Coronel Xavier Chaves, São João del-Rei, Tiradentes, Barroso, Barbacena, Dolores de Campos e Carandaí.

O município faz parte da Bacia do Rio Grande, que pertence à Bacia do Rio Paraná. O clima é Tropical de Altitude e a área total do município é de 261.410 km² (IBGE, 2019).

Prados é classificado como Centro Local (IBGE, 2008), tendo como definição a atuação dos centros locais que não extrapolam o limite do município. A limitada oferta de empregos formais, educação, saúde, serviços e comércio faz com que os pradenses se desloquem para os municípios vizinhos, gerando um fluxo de migração sazonal e pendular. O principal destino é o município de São João del Rei, centro Sub Regional (IBGE, 2008) situado a 28,1 km.

Ao longo da história, o local é de passagem de tropas e boiadas e o crescimento do povoado ocorreu de forma rápida e espalhada, como pode ser observado pela implantação das fazendas inventariadas no Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico Urbano do Distrito Sede (PRADOS, 2010). O núcleo urbano está localizado na Seção 1 de Tombamento. A topografia montanhosa condicionante, onde se instalou o primeiro núcleo urbano (atual centro histórico) está próximo à Igreja Matriz e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

A evolução administrativa começa com a criação da freguesia de Prados em 1748 e, em 1752 torna-se distrito da Vila São José Del Rei, atual Tiradentes (FJP, 1980). A localidade foi anexada ao sítio denominado Ponta do Morro em 1882, onde nasceu Hypólita Jacinta Teixeira de Melo (PRADOS, 2010), única mulher efetivamente reconhecida com envolvimento na Inconfidência Mineira.

O Arraial foi elevado à categoria de Vila, Decreto-Lei estadual nº 41, de 15 de abril de 1890, cria-se um município autônomo e seu território é desmembrado de Tiradentes, sendo

elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 23, em 24 de maio de 1892 (FJP, 1980).

Ao longo dessas transformações administrativas o território de Prados foi se alterando, seja por anexo ou desmembramento. O último desmembramento ocorreu em 1962, quando Coronel Xavier Chaves é elevado à categoria de município autônomo (FJP, 1980), o que justifica a diminuição de pouco mais de 2 mil habitantes da década de 50 para a de 60.

O município de Prados apresenta uma evolução demográfica constante e crescente, até a década de 50, quando a população era majoritariamente rural. É na década de 1980 que a população pradense torna-se majoritariamente urbana. Ainda assim, o município possui uma relação urbano-rural muito íntima, que molda práticas cotidianas diárias e espaços, inclusive os considerados urbanos. A população pradense é formada por hibridismo sócio-cultural entre colonizadores, escravos e indígenas, provavelmente pertencentes à nação tupi, originária da região (PRADOS, 2010).

As atividades econômicas iniciais de Prados: extração, comércio e agropecuária permanecem até hoje. São exemplos de alimentos produzidos: milho, arroz, feijão, café, tomate, cana, banana, laranja e mexericas (IBGE, 2010). Na pecuária existem rebanhos de gado para corte e produção de leite e galináceos (IBGE, 2010), sendo o último uma das atividades econômicas industriais que mais cresce e gera emprego formal na atualidade.

De acordo com o Datapédia (2019), cuja fonte é o IBGE, com ano de referência 2012, as seguintes atividades econômicas são as que representam a maior parte da oferta de empregos são: Indústria de Transformação (Produtos Alimentícios, Couro e Calçados, Produtos de Madeira e Metal, etc), Administração Pública e Comércio.

Segundo esses dados, as atividades que mais geram empregos formais são Produção de Alimentos (31%), Administração Pública (21%) e Comércio Varejista (14%). Atualmente as ocupações formais mais comuns são: magarefes (16%), vendedores (8,9%) assistentes administrativos (5,7%) ajudantes de obras civis (5%), motoristas de veículos de carga (4,2%), artesãos da confecção de artefatos de couro e peles (4%), trabalhadores de edifícios (4%), trabalhadores de carga e descarga de mercadorias (3,4%) e professores do ensino fundamental I (3,4%).

A criatividade dos artistas pradenses estabelece outra importante atividade econômica, na

qual o artesanato gera empregos formais e, principalmente, informais (FJP, 1980). As principais matérias primas utilizadas são a madeira, a argila, o ferro, o couro, a palha e o cipó (PRADOS, 2010).

Com relação aos salários, a média mensal dos trabalhadores formais é de 1,3 salário mínimo (IBGE, 2010). A Evolução da População Abaixo da Linha de Extrema Pobreza teve uma melhora significativa de 1991 para 2010, diminuindo de 28,70% para 1,32% e a Evolução da População Vulnerável à Pobreza, também vem baixando, em 1991 era 84,43% e em 2010 era 41,52% (DATAVIVA, 2019).

Prados possui 6 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 de ensino médio (IBGE, 2010). Da população acima de 25 anos, 42,73% não possui instrução ou tem fundamental incompleto e, apenas 3,36% da população possui superior completo (IBGE, 2010).

Quando pensamos em Prados a palavra que vem à cabeça é fé, a cultura cristã é muito forte e viva, 91,99% da população é autodeclarada Católica Apostólica Romana (IBGE, 2010). Os feriados de cunho religioso são tratados como sagrados para os pradenses. A maioria de suas instituições e alguns estabelecimentos de comércio e serviço não funcionam em tais datas, suas tradicionais celebrações religiosas movimentam a cidade toda, incluindo a zona rural.

Acreditamos que o que une uma sociedade é sua cultura, os modos de fazer e viver, as práticas coletivas cotidianas. Netto (2013) expõe que lugares comuns, que compõem a rotina de diversos atores são capazes de despertar interesses que atravessam diferentes campos sociais: “Esses lugares, capazes de referenciar as práticas de atores diferentes, serão os lugares de maior potencial de urbanidade”.

Durante a pesquisa, identificamos espaços que possibilitam essa convivência com o outro. No caso de Prados esses espaços são a Praça Dr. Viviano Caldas, Igrejas e bares. Estes espaços, públicos e privados, podem ser o ponto de partida para a aproximação e o diálogo, mas não se limitam à eles.

Ao apontar sobre o modo como as relações sócio-espaciais podem ser, Ribeiro (2013) enfatiza que relações frágeis favorecem articulações superficiais e maniqueístas que enfraquecem pautas coletivas e comuns. Ainda que existam espaços potenciais para articulações mais densas, as dificuldades para que isso ocorra devem ser enfrentadas no sentido de se superar

as dualidades, sobretudo diante da complexidade do cenário espaço-social em sua relação com a questão ambiental.

Debate espaço-sociedade em Prados e recorte sobre seu perímetro urbano

A legislação urbana ambiental pradense é bem limitada, o município “não possui Plano Diretor, Código de Obras, as regulamentações básicas de ordenamento construtivo de uma cidade e nem leis de regulamentação do solo, como a Lei de uso e ocupação do solo” (SILVA, 2017, p.8).

Edésio Fernandes (2012, p. 21) afirma que “é preciso entender a lei não como um produto acabado, mas como parte de um contexto sociopolítico muito mais amplo e passível de diferentes ordens - e conflitos - de interpretação”. Para compreender esse processo jurídico é necessário um questionamento das condições de elaboração das leis, onde quer que seja.

Prados tem como característica social, como dito inicialmente, a dualidade e, como consequência disso, o cenário político é construído de forma antagônica. Esse padrão de antagonismo reforça ainda mais o fenômeno de clientelismo da política brasileira (Lahorgue, 2002), onde candidatos a cargos eletivos preferem administrar na lógica de “pulverização de pequenas obras nos mais diferentes cantos da cidade”, do que legislar o ordenamento do território como um todo.

Nesse cenário “as obras, além de seu valor de uso ou de troca, estão carregadas de significados, elas precisam aparecer para que a ideologia do progresso, da modernidade e do empreendedorismo do Prefeito(a) sejam reconhecidos pela população” (LAHORGUE, 2002, p.56).

A negligência e o abandono de obras públicas e de interesse histórico e nacional na cidade por parte de gestões que sucedem trabalhos iniciados anteriormente não podem ser tratados apenas como rivalidade, mas sobretudo como improbidade administrativa, pela recusa em finalizar obras de interesse público.

O município é um organismo vivo, construído cotidianamente por agentes urbanos que se sucedem no tempo, num mesmo espaço. O Estado, como um de seus agentes, deveria ser o primeiro a se importar com o planejamento do crescimento urbano, pensando na produção

espacial a curto, médio e longo prazos. O Planejamento Urbano é um investimento para o futuro, ele garante qualidade municipal, urbana e qualidade de vida humana. Uma cidade sem parâmetros para crescer, tende a se conformar de maneira arbitrária, favorecendo a manutenção do clientelismo. Que qualidades espaço-sociais queremos deixar para as futuras gerações?

Prados tem uma relação rural-urbano muito íntima, observando a paisagem quase não é possível fazer tal categorização. Ao percorrer a cidade, encontram-se grandes áreas verdes, que além de terem a função de manutenção do microclima e drenagem, também tem utilidades sazonais para os modos de vidas rurais, que em épocas de seca são pastos e, em épocas de cheia, hortas urbanas.

A relação corpo-natureza é forte, podendo ser identificada nos espaços públicos e privados. Nas ruas encontram-se animais não domésticos livres e tratamento paisagístico de frente às moradas.

A escala humana predomina, a natureza se faz sempre presente e a visão do céu é ampla em quase todas as ruas.

Imagem 1 - Compilação de fotografias de vestígios do rural e urbano em Prados



Fonte: VELHO, 2019.

Um grande marco da paisagem pradense é a Serra de São José, que pode ser vista de diversos pontos e está no imaginário coletivo dos pradenses, que realiza o Passeio à Serra há 150 anos.

Mapa 1 - Alterações do Perímetro Urbano de Prados



292

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1980. Google Maps, 2017. Prados, 1998.

Organizado pela autora.

A questão da preservação e da paisagem ambiental em sua relação com a questão urbana vieram sendo avaliadas neste estudo também a partir de uma abordagem morfológica urbana. Durante a pesquisa encontramos dois momentos de delimitação do perímetro urbano, o primeiro tem como fonte a Fundação João Pinheiro (1980) e o segundo foi alterado em 1998.

A serra foi declarada Área Prioritária para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira pelo Ministério do Meio Ambiente (1981) e delimita, assim como está localizada entre os municípios de São João del-Rei, Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Coronel Xavier Chaves e Prados.

Mapa 2 - Imagem de satélite com delimitações do Perímetro Municipal e Urbano atuais



Fonte: Google Maps, 2017. Prados, 1998. Organizado pela autora.

A primeira problemática do atual limite urbano do município é que ele faz divisa com Serra São José, na região do bairro Pinheiro Chagas. De acordo com Luiz Cruz (2009) a serra

está em processo de tombamento pelo IPHAN desde 1979 via o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes e possui as seguintes superposições de Unidades de Conservação (UCs), previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

1º - APE – Área de Proteção Especial Estadual, decreto nº 21.308, de 19 de maio de 1981. 2º - APA – Área de Proteção Ambiental São José, decreto nº 30.934, de 16 de fevereiro de 1990. 3º - REVS – Refúgio Estadual de Vida

Silvestre Libélulas da Serra de São José, decreto nº 43.908, de 5 de novembro de 2004. 4º - Mosaico de UCs da Serra de São José, decreto nº 44.518, de 16 de maio de 2007. 5º - Reserva da Biosfera, Fase 4, de 3 de outubro de 1994, declarada pela UNESCO (CRUZ, 2009).

Outra problemática com a delimitação da região ocupável é com relação às condições topográficas do sítio. A legislação não respeita a topografia local e incentiva a ocupação de áreas de vale e nascentes.

Em um momento de crise hídrica vivida na atualidade, a questão da gestão do território se torna imprescindível. Legislar e proteger áreas de mananciais e nascentes é questão de vida para a diversidade no planeta. Nesse sentido, Prados tem papel crucial na preservação de recursos, assim como, uma melhor gestão em sua relação com as Áreas de Proteção Ambiental e não apenas em sua questão com água, mas com a biodiversidade desta área de Reserva Ambiental.

Forma, Expansão Urbana e Paisagem Ambiental

O tecido urbano condensa acontecimentos históricos (SCHEFFER, KACHAUKJE, 2018) e sua complexidade está associada ao relevo e ao modo de produção. O traçado urbano pradense tem como origem a dita Estrada Real, provável caminho indígena, e possui como condicionante o relevo acidentado, gerando traçados irregulares para adaptação ao sítio.

A ocupação do solo urbano pradense está atrelada a “tendências espontâneas de ocupação conjugadas com o próprio sistema institucional de divisão do solo urbano - o aforamento - desenhando gradativamente a malha urbana, na medida das solicitações individuais para construção de moradias.” (FJP, 1980, p. 98)

Os movimentos recentes de transformação da forma e da paisagem urbanas vem

ocorrendo sobretudo pelos processos de expansão, cujos processos mais significativos podem ser elencados por novos loteamentos, implantação de fábricas e aumento da produção de artesanato que gera fluxos de veículos de diferentes portes no principal eixo estruturante da cidade.

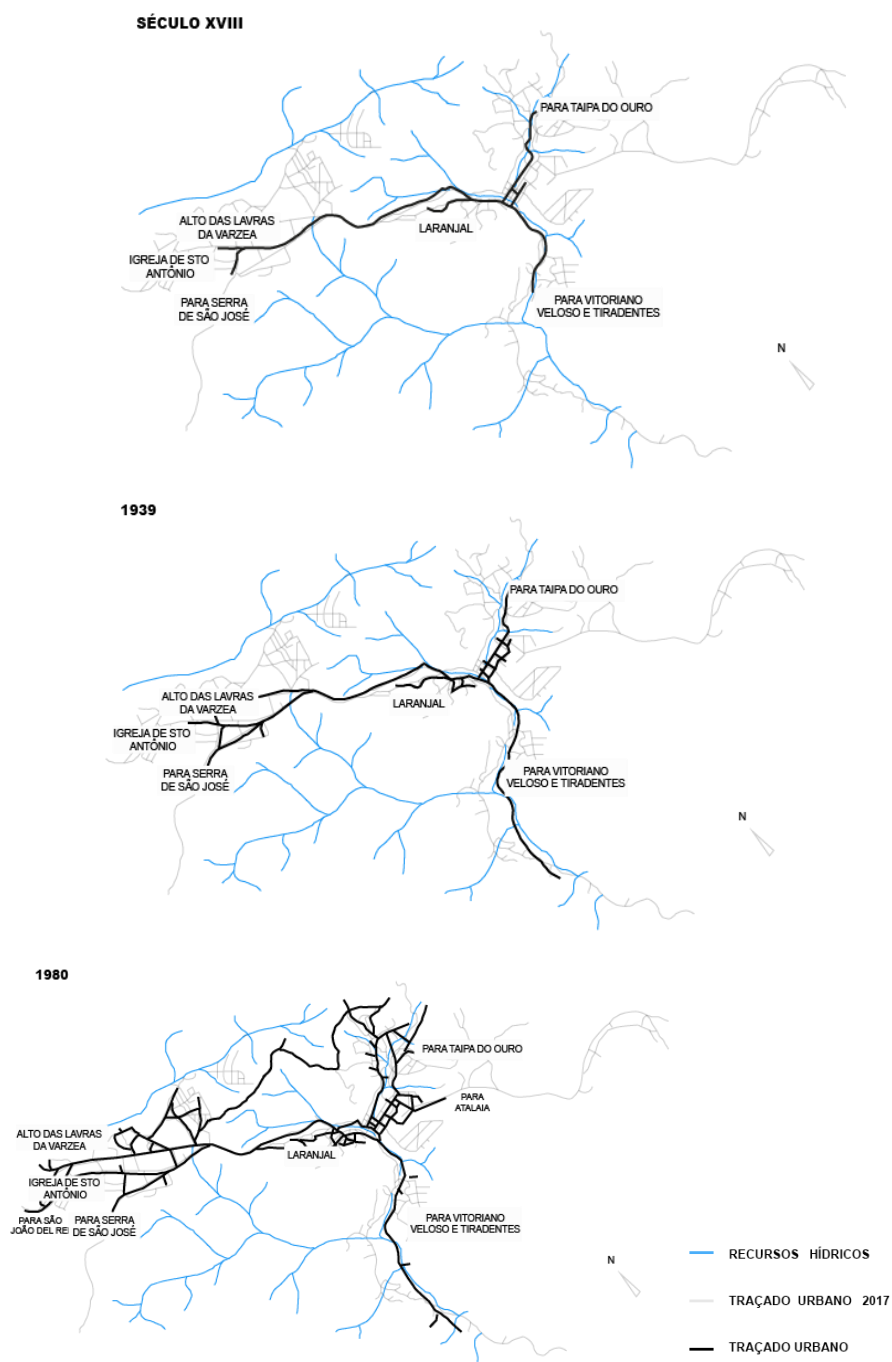
A maior parte da paisagem pradense é composta por áreas verdes. Na pesquisa de Silva (2017) é questionado aos moradores: “Qual vista (visada, paisagem) dentre muitas em Prados você mais aprecia?” e “Se você fosse convidado para pintar um quadro ou criar um cartão postal sobre Prados, o que você pintaria ou desenharia nesse cartão?”. A natureza e a Serra São José aparecem de forma significativa nas respostas do pradense.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. (...) Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é resultado de uma acumulação de tempos. (SANTOS, 2007, p.54)

Para Santos (2007) a noção de tempo é fundamental, visto que a sociedade é atual mas a paisagem é composta de atualidades de hoje e do passado. “Para aprender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou”.

Pensar, interagir e articular propostas viáveis em planejamento urbano e regional requer mudanças de mentalidade acerca dos legados territoriais, legais e históricos.

Mapa 3 - Evolução Urbana de Prados (séc XVIII, 1939 e 1980)



Fonte: FJP, 1980. Organizado pela autora.

Mapa 4 - Traçado Urbano de Prados (2017)



Fonte: Google Earth, 2017. Organizado pela autora.

Notas de considerações finais

É a revisão de legados que permite a orientação de princípios e parâmetros que podem reger o ordenamento do território em sua relação espaço-sociedade, como conquista de toda a população, no entendimento do seu processo histórico e para além de perspectivas dualistas e fragmentárias.

Planejar municípios e orientar o ordenamento do território é uma questão vital. Ao abrigar vidas em diversidade, para além da humana, a maioria dos projetos e estudos urbanos se voltam para quase exclusivamente para o que se denomina como cidades e suas ênfases apenas no humano que vive sob marcos metropolitanos ou de grande e médio portes.

A lacuna legal de exigência ou de interpretação sócio-espacial faz com que municípios pequenos cresçam sem parâmetros urbanísticos específicos. A ausência de normas e orientações para contextos sócio-econômicos de baixa renda e com pouca instrução educacional, associado à lógica política clientelista, propicia cenários pífios em termos de escolhas urbanísticas e de ordenamento territorial amplas e includentes. Como gerir o agora para municípios melhores? Como planejar para e com as próximas gerações?

Entendemos que análise do processo de formação urbana é essencial para o conhecimento e reconhecimento dos atributos históricos da ocupação sócio-espacial e as condicionantes da

dinâmica atual, para que assim haja orientação e escolha dos caminhos para o futuro, condizentes com o contexto local, fomentando a cidadania e diferentes rurbanidades, mais inclusivas e com proteção ambiental.

Entendendo o contexto municipal de pequeno porte em sua relação territorial em rede com os municípios médios e grandes, estes compõem organismos vivos em diversidade, que extrapolam a mancha e perímetro urbanos.

O modo de vida urbano-rural pradense possui uma boa integração cidade- natureza e para manter essa relação deve-se ter como uma de suas premissas o seu planejamento municipal e territorial. Dentre algumas demandas básicas se faz necessário a elaboração da Carta Geotécnica para compreensão do município como um todo. Este método vem sendo aplicado em algumas áreas de Prados pelo geógrafo Rafael Teixeira e o material não aparece nesta pesquisa por ainda estar em andamento e não ter sido publicado.

Há também a necessidade de uma revisão dos documentos elaborados pela Fundação João Pinheiro (1980) para a atualização de dados e a elaboração da legislação urbana: Plano Diretor Participativo, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Código de Posturas.

Referências

Livros:

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. Ed, 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro Campos das Vertentes**: Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Prados: organização espacial e preservação do centro histórico de Prados. v. 1. Belo Horizonte: 1980.

Artigo de Revista

FERNANDES, Edésio. **Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil.** Oculum Ensaios, n. 4, p. 16-33, 2012.

HARVEY, David. **O Direito à cidade.** Lutas Sociais. São Paulo, n. 29, p.73 - 89, 2012.

LAHORGUE, Mário Leal. **Cidade: obra e produto.** v.17, n.33, p 45-60. Florianópolis: Geosul, 2002.

NAME, Leo, LONTRA NACIF, Cristina. **Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica.** Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XVIII, nº 1018. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2013.

NETTO, Vinicius M. **A urbanidade como devir do urbano.** EURE (Santiago). vol.39 n.118. Santiago set. 2013.

SCHEFFER, Sandra Maria. KACHAUKJE, Samira. **O método regressivo - progressivo de Lefebvre para investigar a produção de habitação social sobre o espaço em Ponta Grossa - PR.** p. 63-82. Ponta Grossa: Emancipação, 2018.

Artigos de Congresso

NASCIMENTO, Adriana. **Territórios do Corpospaçotempo: quem planeja?.** In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur, 2011.

NASCIMENTO, Adriana.; VELHO, Ana C. ; CUNHA, Pedro H. A. ; CANAVEZ, Luciana V. **Sujeito corporificado e urbanidades: relação espaço-sociedade.** In: XVIII ENANPUR (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 2019, Natal.

Capítulo de Livro

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental.** In: S

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sujeito Corporificado e Bioética.** Caminhos da Democracia. In: Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço. Vol. 2. p. 29-39. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanização sem Urbanidade: um cenário de incertezas.** Ensaios FEEE, p. 556-590. Porto Alegre, 1995.

RODRIGUES, Ludmila de Miranda. SILVA, Marcos Nicolau Santos da. DINIZ, Raphael Fernando. **Artesanato Mineiro: Limites e Possibilidades da Atividade Artesão no Município histórico de Prados - MG.** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, p. 62-85. 2012.

Tese, dissertação ou trabalho de conclusão

ANDRADE, Marcella Franco de. **O tombamento dos bens arquitetônicos e urbanísticos de São João del Rei:** embates em torno na preservação e do progresso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013.

SILVA, Bianca Júnia. **Olhares sobre a paisagem de Prados - MG.** 2017. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei: UFSJ, 2017.

Referências online

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.** 3. ed. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CRUZ, Luiz. **Pela preservação da Serra São José.** Gazeta de São João del-Rei . 17/10/09. Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/155> Acesso em: 2019.

DATAPÉDIA. Site: <https://www.datapedia.info/public/cidade/4897/mg/prados#mapa> Acesso em: 2019.

INSTITUTO ESTRADA REAL (ER). Site: <http://www.institutoestradareal.com.br/>. 2015. Acesso em: 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência da Cidade 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de Prados.** 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama demográfico de Prados.** 2017.

PRADOS. **Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico Urbano:** Distrito Sede. 2010.

PRADOS (Município). Lei nº 1426, de 25 de maio de 1998. **Altera Os Limites da Zona Suburbana da Cidade.** Prados, MG. Disponível em: www.pradosonline.com.br Acesso em: 2018.